Frei Henrique de Coimbra: Primeiro Missionário em Terras de Vera Cruz

Maria Adelina Amorim

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu e mandou a todos os capitães que aprestassem os batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável e dentro dele um altar muito bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que eram todos ali. A qual missa, sendo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali era com o capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, e no fim dela tratou de nossa vinda e achamento desta terra, conformando-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viémos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção[1].

É, AINDA, A *Carta* DE CAMINHA, VERDADEIRO documento / monumento, tanto da História brasileira, quanto da portuguesa, a descrever a cerimónia da primeira missa em terras de Vera Cruz. Cruz que marcaria, de forma indelével, o território «novamente» descoberto, e por isso «novo». Cruz que lhe daria o nome e a condição. Cruz que, a servir de padrão ali foi «chantada» com as armas e divisas de Sua Alteza.

A acompanhar Cabral nessa primeira viagem(!) ao Brasil, segunda à Índia, ia Frei Henrique de Coimbra e sete confrades mendicantes, na companhia de um outro grupo de clérigos seculares. É no contexto da ida para o Oriente que se deve entender a presença dessa missão franciscana, sobretudo pela escolha do seu superior e futuro confessor régio, Frei Henrique.

O acaso ou uma espécie de «intencionalidade presumida» levou a frota às plagas americanas, casando os dois mundos. Por comparação com o «velho» deixado em Belém, dava-se início, ainda que de forma imperceptível, à formação de um «Novo Mundo», com toda a sua carga de contradições e equívocos.

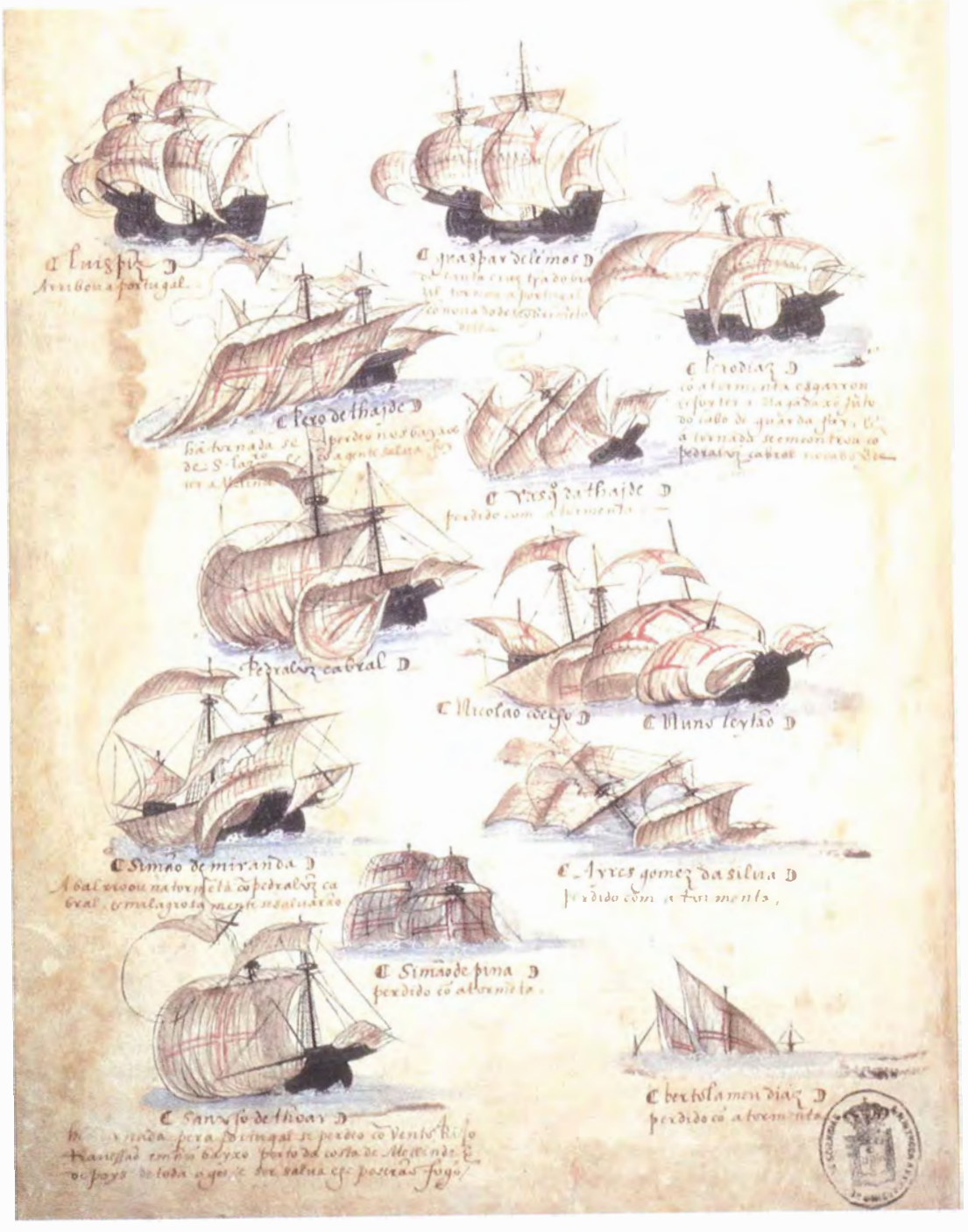
Equívoco foi, desde logo, a conjectura de que os reis e povos, encontrados no Índico, seguiam a religião cristã, ainda que «tresmalhados» dos preceitos de Roma. Com a chegada da nau Bério em Julho de 1499, chegava também a notícia do sucesso da viagem de Gama à Índia, pelo Oriente, dobrado o cabo da Boa Esperança. No alvoroço da boa nova, escreve Dom Manuel aos Reis Católicos, anunciando *E creiam Vossas Altezas que, segundo o que por estes sabemos que se pode fazer, que não há dúvida que, segundo a disposição da gente cristã que acham...*[2] E, logo no mês seguinte, em carta a D. Jorge da Costa em Roma: *Estes que ora tornaram da dita investigação e descobrimento, entre outros povos da Índia, estiveram em uma cidade chamada Calecute... O rei desta cidade se tem por cristão e assim a maior parte do seu povo*[3].

A suposição de que haveria apoiantes cristãos ao projecto português de dominar comercialmente o Índico e de transferir para as mãos de um rei da Cristandade o trato da «moirama», levou a Corte a gizar um plano consertado e que se incluía num sistema imperial mais vasto. Só com esse *imperium* se podia controlar a rota das especiarias (*canela, cravo, gengibre, noz moscada e pimenta e outros modos de especiaria*), o trato das pedrarias (*finas de todas as sortes, rubis e outras*) ou as minas de ouro e prata, demanda eterna.

A essa convicção não estava alheia a figura desse rei mítico, Preste João, com toda a carga de influências nos sistemas de representação ocidentais e que condicionou a própria política de Estado. A certeza da sua existência era tão forte que o complexo simbólico que o enformava se foi adaptando às novas realidades descobertas, à medida que se desvendavam (nos séculos anteriores à Expansão dos séculos XV e XVI) os ulteriores limites orientais[4]. Já depois de ter sido colocado pelas cosmogonias do Ocidente na região etíope, o rei continuava a ser apelidado de «Preste João das Índias» e com ele se contava para ajudar os monarcas da Cristandade a derrubar o poder muçulmano. Com D. Manuel é visível essa expectativa, quando ao Preste se referia na preparação da cruzada contra os Turcos e os Egípcios para a libertação dos Lugares Santos: «*É certo, quem quiser olhar o mistério do descobrimento da Índia, e querer Nosso Senhor que cristãos pudessem chegar nestes tempos a Santa Catarina do Monte Sinai a fazer guerra aos mouros, e se pudessem juntar com os do Preste João, como confiamos em Nosso Senhor que nossa gente e armada o faça, pois nossos navios chegam a seus portos, se persuadirá que Nosso Senhor quer que os mouros sejam destruídos nestes tempos mais do que qualquer outra coisa, e mal seria se neste ponto se não quisesse seguir sua vontade*»[5].

A Índia constituía-se como uma predestinação nesses idos de Quinhentos. O seu apelo era tão forte, que consumar a viagem marítima que lhe abriria o caminho foi quase um objectivo sacralizado, um programa de inspiração divina. Da passagem do Cabo Bojador à primeira chegada a Calecut, em 1498, mediaram mais de sessenta anos, num rasgar constante de oceanos, num dilatar crescente de mundos e homens novos.

Esta viagem demiurga ao Brasil insere-se na vasta empresa dos sucessivos achamentos e, não pode ser entendida sem o seu enquadramento e, em especial, no âmbito da segunda viagem para a Índia. As motivações de carácter mercantil e de afirmação de poder, por parte do rei português, cruzam-se com objectivos proselitistas de expansão de uma matriz religiosa que era, também, a matriz nacional. Assegurar a rota da Índia em segurança fazia parte desse plano primordial,



Armada de Pedro Álvares Cabral, *Memória das Armadas*, c. 1567. Academia de Ciências de Lisboa.

quase um arquétipo da política régia quinhentista, que era o domínio do Índico.

É neste contexto que surge a figura de Frei Henrique de Coimbra, escolhido como guardião dos conventos que a Ordem Franciscana iria edificar na Índia, sob os auspícios do Papa[6]. A preferência de D. Manuel por Frei Henrique Soares – seu nome secular – deve-se a dois motivos fundamentais: a crença de que os povos indianos e respectivos reis eram cristãos, cujas práticas denunciavam um afastamento dos cânones estritamente católicos, e a relação pessoal existente entre ambos. A primeira circunstância, de marca oficial, impelia o monarca a conciliar com Roma o envio de missionários que corrigissem os desvios evidenciados nas práticas religiosas observadas pelos viajantes da frota anterior. D. Manuel chega a tomá-los como heréticos, mas nunca duvidando da sua feição cristã: *«os quais mais com verdade se devem ter por hereges, vista a forma de sua cristandade de que ao Santo Padre escrevemos»*[7]. A segunda motivação, de carácter privado, advém da relação inter-pessoal entre D. Manuel e Frei Henrique, numa altura em que se procedia à edificação do Mosteiro de Jesus em Setúbal, cuja fundadora, Justa Rodrigues Pereira tinha sido ama de leite do futuro monarca que, desde o tempo de D. João II participava das principais etapas da construção do monumento. O frade assistia à comunidade das clarissas como confessor e director espiritual, privando de perto com o rei, como se pode depreender de alguns passos do códice manuscrito que relata o historial da casa, intitulado *Tratado da Antiga e Curiosa Fundação do Convento de Jesus de Setúbal* [8].

Segundo o manuscrito, D. João II esteve presente na abertura dos alicerces da capela-mor, em 1490, acompanhado da ama de D. Manuel, D. Justa e, no ano seguinte na cerimónia da primeira missa, a que compareceram D. Leonor e a principal fidalguia da Corte: *presentes estavam com el Rei e Rainha, o Duque Dom Manuel e sua ama fundadora*. Quando D. Manuel sobe ao trono, toma o encargo do padroado do convento, assumindo as despesas e o acompanhamento da obra: *querendo a fundadora fosse a igreja de madeira, não consentiu el Rei, e mandou chamar Mestre Boitaca e lhe disse a fizesse de abóbada e pedraria, conforme a capela-mor, e de três naves.*

A ligação entre D. Manuel, sua ama D. Justa e D. Henrique, leva a que neste recaia a escolha de fundar na Índia as primeiras casas missionárias, e delas ser guardião. Com uma preparação teológica segura, baseada nos preceitos da Observância[9], a cujo ramo franciscano pertencia, e com experiência nos assuntos do cível, já que antes de tomar as ordens no Convento de S. Francisco de Alenquer, fora desembargador da Casa da Suplicação, Frei Henrique Álvares de Coimbra reúne as condições ideais para a nova tarefa[10].

Para se dar cumprimento à missão, tornava-se necessário que Roma enviasse os documentos legais que permitiam ao monarca português nomear o comissário apostólico do governo eclesiástico na Índia, assim como a de se edificarem conventos mendicantes na região. No entanto, pela urgência da partida, e, uma vez que os documentos não chegavam, recorreu-se às faculdades jurídicas anteriores que permitiam ao rei *«fundar e construir igrejas e outros lugares pios»* para lá do Cabo Bojador. Com efeito, os dois diplomas que regulamentam o assunto, são de 23 e de 26 de Março de 1500, respectivamente: o Breve de Alexandre VI *Sicut Majestas* e a letra apostólica *Exponi Nobis Nuper*[11].

Em carta datada de, *«dia de Cinza, do Mosteiro de Enxabregas»*, (4 de Março de 1500), cinco dias antes da partida da frota cabralina, Frei Henrique de Coimbra despede-se da abadessa do mosteiro, Soror Coleta Talhada, prenunciando a viagem que o levaria à Índia e à Terra de Santa Cruz: *Creio que Deus quer que eu vá, e por isso vos não ouve. E, pois, Ele quer, é bem que queiramos*

nós todos. Não convém, pois, resistir à sua vontade, porque é sua ofensa não se conformar homem com ele e com o que ele quer e ordena[12]. Informa a madre que tinha chegado à cidade de Lisboa na segunda feira anterior (ele escrevia na quarta) e o rei o mandara chamar para determinar a sua partida (*e assim concluiu que eu iria*). A epístola deixa transparecer alguma apreensão, já que refere o facto de não saber se voltará de tal missão, afirmando em jeito de consolo: *e, ainda que vá, não me espera logo a morte. Poderá ser que me vereis e a mais cedo do que pensais.* Palavras quase proféticas já que o missionário regressaria ao Reino pela impossibilidade de concretizar a sua tarefa no Índico, ao contrário de alguns dos seus confrades que ali encontraram muito cedo, a morte. Destes, deixou-nos o autor da *História Seráfica*, o seguinte depoimento: «*Seus companheiros eram os seguintes: Frei Gaspar, Frei Francisco da Cruz, Frei Simão de Guimarães e Frei Luís Salvador, todos quatro pregadores e excelentes letrados; Frei Masseu, sacerdote, organista e músico, que também com estas prendas podia ter parte na conversão das almas, havendo experiência certa de que o demónio também se afugenta com as suavidades das harmonias; Frei Pedro Neto, corista de ordens sacras; e Frei João da Vitória, frade leigo e do número daqueles idiotas em cuja boca imprime o Senhor dos humildes o que hão-se responder na presença dos tiranos*»[13].

Escolhida a chefia militar na pessoa do capitão-mor, Pedro Álvares Cabral e a religiosa na do guardião Frei Henrique de Coimbra, a armada apresta-se para a grande jornada. Em confirmação da norma, temporal e espiritual compunham uma dualidade recorrente nas navegações portuguesas. A atestar a inter-acção das duas componentes, expressão da mentalidade da época, verteu-se para o regimento régio passado a Cabral, de forma explícita, o duplo sentido da missão, catequizar e mercadejar: «[...] *por sabermos que os indianos e homens de tal fé e verdade e trato que devem ser buscados para mais inteiramente haverem prática de nossa fé e serem nas coisas dela doutrinados e ensinados como cumpre a nosso serviço de Deus e salvação das suas almas. E depois para nos prestarmos e tratarmos com eles e eles connosco levando das mercadorias de nossos reinos a eles necessários e assim trazendo das suas*»[14].

Busquem-se, primeiro, os homens para deles se fazerem bons cristãos. Trate-se, depois, com eles, a melhor maneira de organizar o comércio. O profano e o sagrado em miscigenação, cuja ordem de valores por vezes se confunde («*e além das armas materiais que cada um levava para seu uso, mandava el Rei outras espirituais, que eram oito frades da Ordem de São Francisco, de que era guardião Frei Henrique que depois foi Bispo de Ceuta e confessor del Rei, barão de vida mui religiosa e de grã prudência*»[15]).

Chegado o dia previsto, 8 de Março de 1500, engalana-se a cidade numa agitação jamais presenciada. A jornada iniciava-se com a missa dominical celebrada por Dom Diogo Ortiz na Capela de Nossa Senhora de Belém no Restelo, a que assistiu o monarca com toda a sua corte, e durante a qual se proferiu um sermão dedicado ao tema da empresa de que a armada era incumbida. Segundo as crónicas da época, enquanto decorria a missa, manteve-se hasteada a bandeira com a cruz de Cristo, símbolo da ordem militar do mesmo nome. Terminada a cerimónia, procedeu-se à sua benção e o próprio monarca a entregou nas mãos de Cabral, acompanhando-o, então, até à praia, na companhia dos seus capitães. Aí se despediram.

«*Acabada a missa o bispo benzeu a bandeira real, que el Rei da sua mão lhe entregou, com a qual diante, que levava seu alferes, e os frades com uma cruz diante, cantando orações, saíam da igreja, e el Rei com eles foi até à praia, onde era todo o povo de Lisboa, cada um a ver os maridos e filhos e se embarcaram nos batéis*»[16].

Soltou-se a multidão em manifestações de alegria, tanto na agitação das bandeiras coloridas – *«que não parecia mar, mas um campo de flores»* – como no movimento dos batéis que rodeavam as naus em constante frenesim. Em terra tocavam-se trombetas, atabaques, festros, tambores, flautas, pandeiros, *«e até gaitas cuja ventura foi andar em os campos no apascentar dos gados, naquele dia tomaram posse de ir sobre as águas salgadas do mar, nesta e outras armadas que depois a seguiram, porque, para viagem de tanto tempo tudo os homens buscavam para tirar a tristeza do mar»*[17].

Mil e duzentos homens divididos por *«treze velas, entre naus, navios e caravelas, a mais formosa e poderosa armada que até aquele tempo para tão longe deste reino partia»*, dispuseram-se a zarpar, o que só aconteceu no dia seguinte, quando, arvoradas as velas e, sob os auspícios do vento, se levantou ferro.

Os abastecimentos deixavam perpassar a grandiosidade da empresa, tantos e diversos eram os elementos que a compunham: *«abundância de coral de perna e lavrado e enfiado, cobre, vermelhão, azougue, alambras, panos de lã grossos e finos, e veludos, cetins, damascos de todas as cores: muitas pipas de armas brancas, espadas, lanças; muitas carnes e pescados secos e salgados, legumes de grãos e favas, manteiga, mel, açucar; e em cada nau botica ordenada para os doentes, e tudo em abastança e boa ordem»*[18].

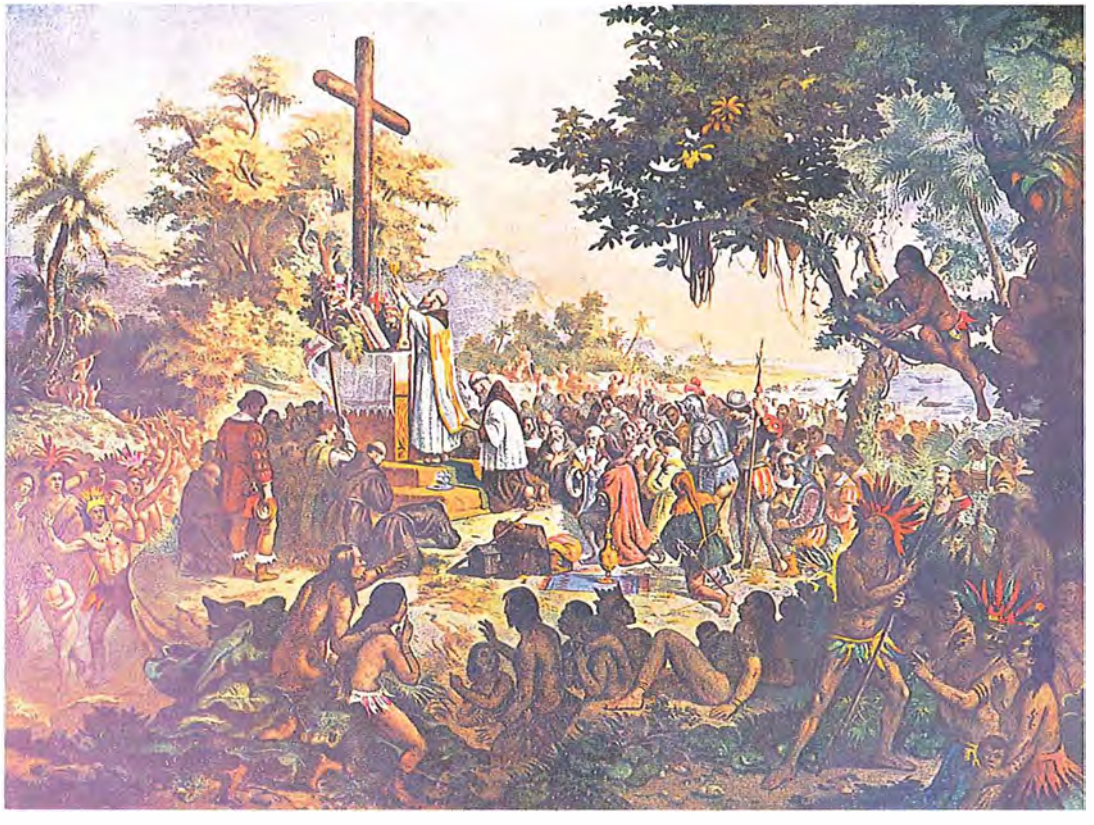
Assim aparelhada, seguiu a frota cabralina ao encontro do Sul. Levava ordens expressas para não parar em parte alguma, nem procurar nenhum

A primeira missa no Brasil, acrílico s/ tela, Paula Rego, 1993.

porto depois de passado o Cabo da Boa Esperança[19]. Era também avisado para não tirar nenhuma mercadoria de qualquer das naus, ainda que parasse nos Açores, Cabo Verde ou São Tomé. Teoricamente nada fazia induzir um tão grande desvio da rota, no duplo sentido do termo. Na prática não se cumpriram as instruções régias, nem antes, nem depois do cabo, porque outras circunstâncias, que não se escrevem nos diplomas, ditaram outro destino. Escritos, viam os mareantes, os sinais do céu, que meses de mar obrigavam a conhecer: de um lado uma cruz (a de Mestre João), cruzeiro do sul, que lhes augurou uma terra nova. Junto ao cabo, um cometa, prognóstico teluricamente temido, com prenúncio de morte: o naufrágio. Afinal o mar roubou as mercancias da Índia, o mar não sabe ler regimentos…

Na nau capitânia seguia com Cabral, Frei Henrique de Coimbra e os outros sete franciscanos, *com retábulo da Piedade e todos ornamentos e coisas necessárias para o ofício divino, com órgãos, tudo em muita perfeição com rica prata*[20]. Entregues às suas ocupações diárias, delas se distraíram para «toparem» como os outros, sinais de terra: botelhas? Rabos-de-asno? Fura-buxos? E naquele dia, quarta-feira às horas das vésperas, em que deveriam estar a celebrar suas orações da tarde, «*houveram vista de terra*». No dia seguinte, homens. Era o dia 22 de Abril de 1500[21].

«*Pedro Álvares Cabral fez fazer rosto para aquela banda e como foram bem à vista, mandou ao seu mestre que no esquife fosse a terra, o qual tornou logo, com novas de ser muito fresca e viçosa, dizendo que vira gente baça e nua pela*



«A Segunda Missa no Brasil, quadro do pintor brasileiro Victor Meirelles», reproduzido em Carlos Malheiro Dias (org.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 1923, vol. II. Reprodução fotográfica de Isabel Rochinha.

praia, de cabelo comprido e corredio com arcos e flechas na mão»[22].

A frescura dos ares, a abundância das águas, a fertilidade da terra, a inocência do homem. Que terra seria aquela em que tudo parecia diferente?

Para uns, alguma ilha semelhante às Antilhas de Colombo, para outros um paraíso terreal, finalmente encontrado.

«Pedro Vaz de Caminha lendo a Pedro Álvares Cabral e frei Henrique Coimbra a carta que escreveu a El-Rei D. Manuel e de que Gaspar de Lemos, comandante do navio dos mantimentos, era portador. (quadro do pintor brasileiro Aurélio de Figueiredo)», reproduzido em Carlos Malheiro Dias (org.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 1923, vol. II. Reprodução fotográfica de Isabel Rochinha.

E que homem seria aquele que exibia sem vergonha, suas vergonhas?

«O qual, tanto que foi em terra viram ao longo da praia muita gente nua, não preta e de cabelo torcido como a da Guiné, mas toda de cor baça, e de cabelo comprido e corredio, e a figura do rosto, coisa mui nova»[23].

Os cronistas dos «achamentos» estabeleceram, na literatura que produziram, a marca da comparação. Munidos da utensilagem verbal do seu quotidiano, a que se juntavam imagens bíblicas e superstições populares, transferiram para os textos esses referentes, a que juntaram adjectivações, destinadas a traduzir a admiração que sentiam perante tanta «coisa nova». E se a terra graciosa era uma luxúria de águas infindas, bons ares, viçoso arvoredo, como eram as animálias que habitavam os seus matos ou os mares que a bordejavam?

«Oito dias que Pedro Álvares aqui fez de detença foi visto um peixe que o mar deitou fora, que era da grossura de um tonel e era redondo, tinha a cabeça e olhos como de porco e as orelhas de elefante, não tinha dentes e tinha rabo do comprimento de um cavalo»[24].

Como lidar com um mundo povoado de seres tão fantásticos, homens tão diversos, de cor nunca vista? *«Gente branca bestial»* para Castanheda, *«baços»* para Góis, *«não preta»* para Barros, *«pardos, maneira de avermelhados»* para Caminha, mas homens.

E que língua falavam, se não havia «língua» que os entendesse? Talvez pelo barulho que o mar fazia ao quebrar na costa, pensava o escrivão. «Bárbaros» afirmava o autor da *Crónica de D. Manuel*.

E que pensar daqueles corpos de *«rostos largos e narizes largos e baixos como de Jau»* de *«cabelo comprido e corridio»* e *«com suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descoberta»*? E se as mulheres eram graciosas, tão bem feitas e tão redondas, os homens não eram fanados, *«mas todos assim como nós»*.

Livro de Horas de D. Manuel I, mês de Abril.

O aspecto da circuncisão era um dado importante no modo de avaliar as convicções religiosas dos povos das terras onde chegavam, já que lhes permitia saber se seguiam a religião judaica.

No caso dos índios e pelo pouco tempo de contacto havido, acreditou-se que eram idólatras sem qualquer crença. Ideia reforçada na sequência da atitude manifestada quando assistiram às cerimónias do culto cristão celebradas pelos missionários franciscanos e pelos outros membros do clero.

Logo no Domingo de Pascoela, dia 26 de Abril, montado o dossel, foi oficiada uma missa no Ilhéu da Coroa Vermelha por Frei Henrique de Coimbra, a que assistiram os portugueses da frota e os naturais da terra que se iam aproximando: «*A missa foi de diácono e subdiácono, oficiada com todos os frades, capelães das naus e sacerdotes que iam na armada e outras pessoas que entendiam de canto, em que houve pregação, sendo presentes muitos dos da terra a todo o ofício divino com grande espanto e acatamento*»[25].

A missa incluiu o acto do sermão, que, segundo Caminha, teve como tema a chegada dos portugueses e o achamento da terra e, embora, desconhecendo o sentido da cerimónia e muito menos o teor da mensagem pregado, os índios escutavam silenciosamente, mas com admiração. Para eles tudo isto também era novidade.

Terminada a cerimónia, segundo a descrição de Caminha e dos cronistas que servem de apoio a este estudo, os índios fizeram grandes festas com danças, saltos, cânticos e trejeitos, tocando cornos e buzinas ou disparando setas para o ar em sinal de contentamento.

Importa reter o sentido da festa na cerimónia religiosa. Esta dialética entre o lúdico e o sagrado foi depois «explorada» pelos missionários que entretanto chegariam, como instrumento de evangelização, sobretudo pelo aproveitamento da música e da expressão teatral como veículos de difusão da mensagem cristã[26].

Do mesmo modo é importante reflectir sobre o significado da bandeira com a Cruz de Cristo, hasteada ao lado do altar enquanto decorria a celebração litúrgica. A mesma que tinha sido entregue pelo monarca, D. Manuel, em Belém, ao capitão-mor, e que acompanhava a frota. De novo, e desta vez em terras americanas, os dois níveis se interpenetravam como corolário da política de Estado então vigente.

A segunda grande cerimónia de cunho cristão foi a chantadura da cruz, a cujo símbolo ficou ligado o nome do lugar encontrado: «Terra de Vera Cruz»: «*E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de Maio, pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira e fomos desembarcar acima do rio contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor chantar a cruz, para melhor ser vista. Ali assinalou o capitão o lugar onde fizessem a cova para a chantar.*

Enquanto a ficaram fazendo, ele como todos nós outros fomos pela cruz abaixo do rio, onde ela estava. Trouxemo-la dali com esses religiosos e sacerdotes diante cantando, à maneira de procissão.

Eram já ali alguns deles, obra de setenta ou oitenta e quando nos viram assim vir alguns se foram meter debaixo dela, para nos ajudar. Passámos o rio ao longo da praia e fomo-la pôr onde havia de ficar, que será do rio obra de dois tiros de besta. Andando ali nisto, vieram bem cento e cinquenta ou mais.

Chantada a cruz com as armas e divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos»[27].

À falta de um padrão de pedra, esculpiu-se uma cruz de madeira, com as armas e divisa de D. Manuel, obra executada por dois carpinteiros na terça-feira anterior e que motivou a curiosidade dos índios «*mais por verem a ferramenta de ferro com que a faziam, que por verem a cruz*».

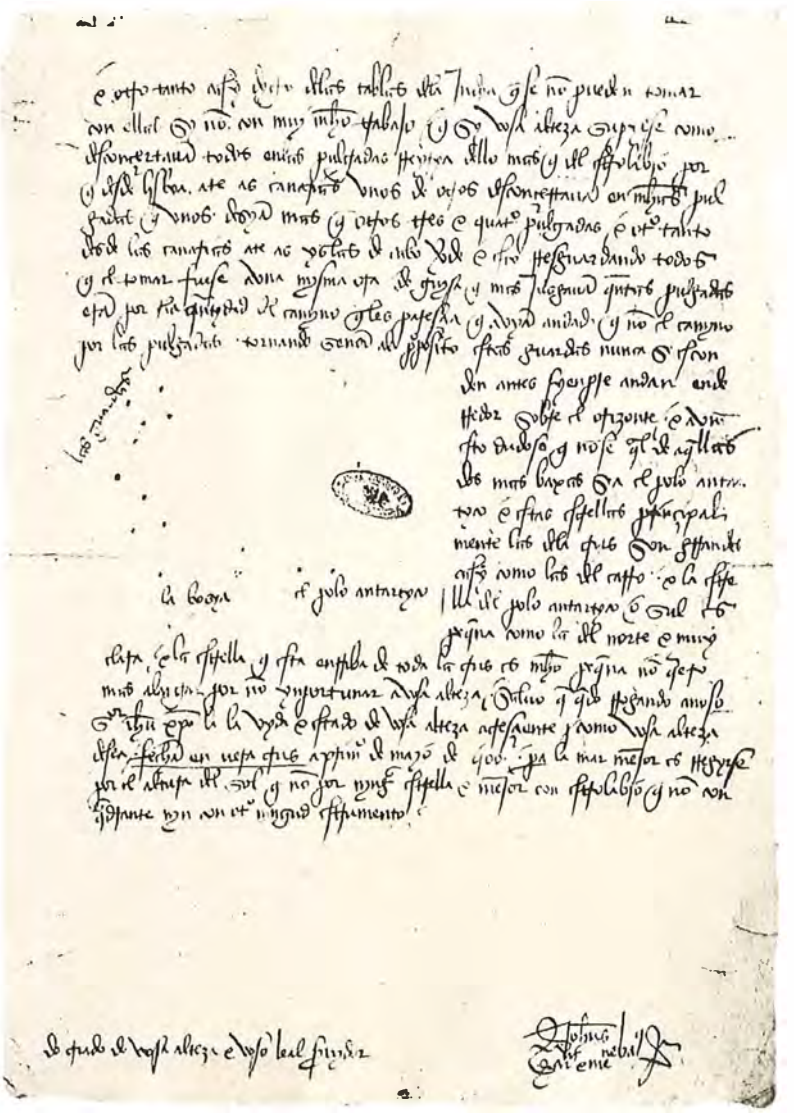
O senhorio e grande Estado da Província de Santa Cruz que se chama vulgarmente o Brasil tomou o nome de Santa Cruz posto por Pedro Álvares Cabral quando no ano de 1500 indo para a Índia a descobriu no tempo de el Rei Dom Manuel e mandou arvorar uma formosa cruz sobre um alto monte da primeira baía, a que surgiu, e saiu em terra, a que chamou Porto Seguro[28].

Assim, aquela cruz de madeira, assegurou a posse da nova terra, tornando-se um símbolo iconográfico de duplo sentido. Quando D. Manuel escreve aos Reis Católicos anunciando o achamento refere: *«e nas oitavas da Páscoa seguinte chegou a uma terra, que novamente descobriu, a que pôs o nome Santa Cruz»*. O monarca terá, assim, mudado a designação de «Vera» em «Santa», facto que levou, depois, muitos historiadores a tomarem o dia 3 de Abril, dia da «Invenção da Cruz» no calendário litúrgico, como o dia do descobrimento do Brasil[29].

No entanto, em breve, o pau da cruz iria dar lugar ao pau brasil, quase a prefetizar a mudança de uma perspectiva mais espiritual para uma mercantil. Foi a passagem de um primeiro momento do olhar ingénuo para o olhar do poder. Obra do demónio como refere João de Barros, que pôs na boca do povo o nome «brasil» e fez esquecer o de «Santa Cruz».

Escorando-se nesta, Frei Vicente do Salvador, o primeiro autor de uma História do Brasil, refere que lhe ficou o nome *«por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos»* em vez do divino pau com que naquela terra se tinham lançado as bases da Igreja[30].

Depois de chantada a cruz, celebrou-se a segunda missa por Frei Henrique de Coimbra a que assistiram cerca de cinquenta ou sessenta índios que repetiam os gestos dos portugueses, ora erguendo as mãos em sinal de prece, ora ajoelhando-se, no que Caminha viu, sinais de devoção.



Os sermões proferidos pelo missionário franciscano constituíram as primeiras peças da oratória sacra do Brasil de que, infelizmente, não há registo conhecido até ao presente. Terminada a pregação, e já no dia da partida, o frade recebeu crucifixos de estanho das mãos de Nicolau Coelho para distribuir pelos índios. *«O padre Frei Henrique se assentou ao pé da cruz e ali, um por um, lan-*

Carta do Mestre João para D. Manuel I, Porto Seguro, 1 de Maio de 1500. Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, Lisboa.

çava a sua, atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e alevantar as mãos»[31].

Caminha menciona também um homem que chamava os outros para a celebração, e andava no meio deles, apontando o dedo para o altar e, simultaneamente, para o céu, como se o referido índio tivesse entendido a mensagem cristã do cerimonial. Foi, talvez, a primeira demonstração de pedagogia catequética que levou o escrivão a concluir que para os índios serem cristãos apenas necessitariam de entender a língua. Começa, desde logo a esboçar-se a importância da língua como instrumento de evangelização, e que levou os missionários a produzir catecismos, gramáticas e dicionários nas línguas dos vários grupos.

Aproximavam-se os últimos momentos da estada da frota em terras, ainda, de Vera Cruz. Trocaram-se as últimas bugigangas e arrolou-se a tripulação que seguiria para a Índia sem os dois degredados que ficavam entre os índios e os dois grumetes que teriam fugido. Foram os primeiros quatro «reinóis» em solo brasileiro.

Na despedida, despede-se a *Carta* em jeito de premonição. Quem assim vivia tão inocente, de certo se converteria, se se enviassem clérigos para tal efeito. Por analogia à fertilidade da terra (*«por bem das águas que tem»*) que tudo daria se a quisessem aproveitar, conclui o escrivão: *«O melhor fruto que nela se pode fazer parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.*

E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, isso bastaria, quanto mais disposição para nela se cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, o acrescentamento de nossa Santa Fé»[32].

Para o bem ou para o mal, tinha-se deixado a germinar a primeira semente do Evangelho pela mão de Frei Henrique de Coimbra, o primeiro missionário do Brasil. A nova terra iria mudar, radicalmente, de feição e, uma nova mundividência se instalaria de forma incontornável.

Estes primeiros momentos de contacto e, sobretudo as primeiras missas com todo o seu cerimonial e cenário de deslumbramento, tiveram, ao longo do tempo, impacto no campo da criação literária e artística. O próprio Capistrano de Abreu aventura-se na tentativa de recuperar os tópicos da pregação proferida por Frei Henrique: «[...] *a gente assentou-se na areia, à espera do sermão. Não era terra africana, não era terra indiana, agora felizmente achada era a terra nova. Seu achamento conformara-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viera a armada, a mesma cruz recebida solenemente em Belém das mãos de um Rei, flutuando ali mesmo aos ventos de largo ao sol do sul; seu nome estava de antemão dado, nem havia outro a escolher – Ilha de Vera Cruz – tal podemos imaginar a pregação do franciscano*»[33].

O motivo da primeira missa é também o tema da pintura de Victor Meirelles de Lima, natural de Santa Catarina e que teria elaborado o quadro no Convento de Santo António do Rio. O autor consegue reproduzir na tela a exuberância da natureza maravilhosa, a inocência e o espanto dos índios, a solenidade e a carga da cerimónia. É um momento de teatralidade sacralizada, tornado monumento iconográfico em constante reinterpretação.

Bernardelli faz também «O Descobrimento», reproduzindo Cabral, Frei Henrique e Caminha. Seguem-se, de Pedro Peres, «O Descobrimento do Brasil», de Benedito Calisto, «A Elevação da Cruz» e «A Carta de Pero Vaz de Caminha» de Aurélio de Figueiredo. Cândido Portinari pinta também «A Primeira Missa no Brasil» em 1947, relevando na composição os grupos humanos ao invés da natureza exuberante.

Do mesmo modo, Villa Lobos compõe uma peça musical sobre o tema, uma *suite* para orquestra que intitulou de «Suite do Descobri-

mento do Brasil (Primeira Missa)» onde inclui sonoridades indígenas e gregorianas.

Frei Henrique de Coimbra está representado em estátua, da autoria de Bernardelli, no Palácio de São Joaquim, no Rio de Janeiro.

Antes de partirem para a Índia, Cabral, Caminha e Frei Henrique deixaram para a História, cada um a seu modo, testemunhos de alto significado. A vida do missionário foi plena de tarefas executadas em vários campos de actividade, quer diplomáticos, já que foi várias vezes como embaixador a Inglaterra, Castela e Roma, quer na vida eclesiástica como Bispo de Ceuta (e, interinamente, de Lisboa e Braga) ou inquisidor-mor.

Morreu em Olivença a 14 de Setembro de 1532, dia da Exaltação da Cruz, repousando na igreja da Madalena dessa cidade.

«Passados alguns dias enquanto o tempo não servia e fizeram sua aguada, quando veio a três de Maio que Pedro Álvares Cabral se quiz partir, por dar nome àquela terra por ele novamente *achada: mandou arvorar uma cruz muito grande no mais alto lugar de uma árvore e ao pé dela se disse missa. A qual foi com solenidade de benção dos sacerdotes, dando-se este nome à terra, Santa Cruz»*[34].

[1] *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, Mar de Letras, Col. Traços da História, 1999, p. 65. Optou-se por esta versão actualizada pela *«maior inteligibilidade do texto»*, na expressão de Margarida Garcês Ventura em nota à transcrição. Para uma edição documental, ver Joaquim Romero Magalhães e Susana Münc Miranda, *Os Primeiros Catorze Documentos Relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 95-121.

[2] *Carta de el rei D. Manuel de Portugal aos Reis Católicos de Castela*, Lisboa, 12 de Julho de 1499, *apud* Fernando Felix Lopes, *«Frei Henrique de Coimbra. O Missionário. O Diplomata. O Bispo»*, sep. da *Studia*, nº 37, Dezembro, 1973, pp. 7-120. O mesmo artigo foi publicado em *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997, pp. 363-446. Felix Lopes foi até ao momento o maior estudioso da figura e obra de Frei Henrique de Coimbra e, muitas das informações do seu texto serviram de reflexão ao que ora se apresenta.

[3] *Carta de el-rei D. Manuel ao cardeal D. Jorge da Costa, residente em Roma*, Lisboa, 28 de Agosto de 1499, *apud* F. Lopes, *op. cit.*, p. 365.

[4] Cf. Manuel João Ramos, «O Destino Etíope de Preste João. A Etiópia nas Representações Cosmográficas Europeias», in *Condicionantes da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias* (coord. de Fernando Cristóvão), Lisboa, Cosmos/ CLEPUL, 1999, pp. 235-259.

[5] *Carta de el-rei D. Manuel ao Chanceler-mór de Castela o Arcebispo de Toledo D. Fr. Francisco Ximenes de Cisneros*, Abrantes, 2 de Março de 1506, publicado em versão portuguesa, a partir de uma tradução castelhana de 1652, em Costa Brochado, «A Espiritualidade dos Descobrimentos e Conquistas dos Portugueses», in *Portugal em África*, 2, Lisboa, 1945, pp. 17-21.

[6] Sobre Frei Henrique de Coimbra veja-se, entre outras, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, *op. cit.*; Fernando Felix Lopes, *op. cit.*; Fernando Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, (Lisboa, 1551), cap. XXXI; João de Barros, *Asia de (...). Dos Feitos que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Primeira Década*, (Lisboa, 1652), (reprod. fac-similada da ed. de 1932 da Imprensa da Universidade de Coimbra), introd. António Baião, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1988, Lº 5, cap. 1, 2, 5, 7; Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel (1563-67)*, ed. conforme a primeira de 1566, de J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1945-55, I, cap. 55; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, int. e rev. de Manuel Lopes de Almeida, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975, p. 148; Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil, 1500-1627*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1975, pp. 56-58; Fr. Lucas Waddingus, *Annales Minorum seu trium ordinum a S. Francisco institutorum*, 2ª ed., per J. M. Fonseca ad Evora/ Romae, Tip. Bernabo e Lazzarini, 1731-1745, Tom. 15, p. 212; Fr. Fernando da Soledade, *História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*, Lisboa, of. de António Pedroso Galrão, 1721, I, pp. 488-495 e IV, pp. 290-294; Francisco da Fonseca/ Pe. Manuel Fialho, *Evora Gloriosa*, Roma, Of. Komarckiana, 1728, p. 128 e p. 320; Fr. Jerónimo de Belém, *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, Lisboa, Of. de Inácio Rodrigues, 1750, int., ano 1500; Alexandre Herculano, *Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Lisboa, 1854, pp. 257-259; Visconde da Paiva Manso, *Memoria Histórica sobre os Bispados de Ceuta e Tanger*, Lisboa, 1858; Olavo de Freitas Martins, «Subsídio Histórico Relativo a Frei Henrique de Coimbra», in *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 59, Rio de Janeiro, 1895, pp. 396-405; Charles Martial de Witte, «Un Project Portugais de Reconquête de la Terre-Sainte (1505-1507)», in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos – Actas*, 5, 1ª Parte, Lisboa, 1961, pp. 419-449; Fr. Venâncio Willeke, *Franciscanos na História do Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1977, pp. 13-26; Sophia A. Lyra, *São Francisco de Assis e o Brasil*, Rio de Janeiro, 1978, pp. 6-12; Fr. Basílio Rower, *A Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil nas Festas do*

Centenário da Independência Nacional, 1822-1922, Petrópolis/ Rio, Vozes, 1922, p. 112.

[7] Cf. nota 3 supra.

[8] *Tratado da Antiga e Curiosa Fundação do Convento de Jesus de Setubal*, mss. da Biblioteca Nacional de Lisboa, em duas versões: cod. 7686 e cod. 549. No presente estudo usou-se o primeiro com o título completo: *Tratado da Antiga e Curiosa Fundação do Convento de Jesus de Setubal o Primeiro que se Ouve e se Fundou neste Reino de Portugal, de Religiosas Capuchas, Chamadas as Senhoras Pobres, da Primeira Regra de S. Clara. Fundadora Justa Rodrigues Pereira Ama do Serenissimo Rei Dom Manuel, do qual São Protectores os Reis de Portugal. Composto por a Madre Soror Leonor de São João Religiosa do dito Convento. Ano de 1630.*

[9] Para melhor clarificação da especificidade das duas correntes, Conventuais e Observantes, dentro da Ordem Franciscana, veja-se, António Montes Moreira, «Implantação e Desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal, Séculos XIII-XVI», in *O Franciscanismo em Portugal – Actas*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996.

[10] Conrado Eubel, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, 3, Munster, 1910, baseado nas *Schedule Garampi* do Arquivo do Vaticano assim o apelida. Já Gaspar Correia, *op. cit.*, atribui-lhe o apelido de Soares.

[11] O primeiro documento está publicado no *Bullarium Patronatus Portugalliae Regnun*, 1, p. 59. A *Exponi Nobis Nuper*, Lisboa, IANTT, *Bulas*, mç. 16, nº 11, pub. por Fernando Félix Lopes, *op. cit.*, apêndice, doc. Nº 2, p. 425-26.

[12] *Carta de D. Fr. Henrique de Coimbra à Abadessa do Mosteiro de Jesus de Setubal. Lisboa, Mosteiro de Xabregas, 4 de Março de 1500*, BNL, cod. 549, pp. 243-249, em cópia inserta no *Tratado da Antiga e Curiosa Fundação*, *op. cit.* Em comentário à carta, atesta a autora do tratado, Soror Leonor de S. João: «*Quiz aqui pôr duas cartas que por serem de edificação e antigas, folgarão de as ver. A primeira é do Padre Frei Henrique de Coimbra, o primeiro confessor que foi deste convento em uma ausência que fazia para a Índia Oriental por mandado del Rei Dom Manuel* [...] *as quais cartas se tiraram dos próprios originais que estão no cartório deste convento*».

[13] Frei Fernando da Soledade, *op. cit.*, pp. 489-90. Fernando Felix Lopes explica o uso do termo «idiota», empregue com o sentido de simplicidade que tinha na Idade Média. São Francisco assim denominava os primeiros franciscanos, e a si próprio: «*eramus idiotae et subditi omnibus*».

[14] *Borrão de algumas folhas do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia*, Lisboa, IANTT, *Leis*, sem data, maço 1, doc. nº 21, *apud*, *Os Primeiros 14 Documentos...*, *op. cit.*, p. 46 (trecho adaptado).

[15] João de Barros, *op. cit*, Lº I, cap. 1. Sobre a ida dos Franciscanos na armada, refere: «*E porque el rei foi sempre mui inclinado às cousas que tocavam a nossa santa Fé católica, mandou nesta armada oito frades da Ordem de São Francisco, homens letrados, de que era vigario Frei Henrique, que depois foi confessor d' el Rei e bispo de Ceuta;* Castanheda, *op. cit.*, a esse propósito diz: *Ia tambem com Pedro Álvares um Frei Henrique, frade da Ordem de São Francisco, grande letrado na santa Teologia, para pregar, e iam com ele cinco frades outros para o ajudarem*».

[16] Gaspar Correia, *op. cit.*, p. 150.

[17] João de Barros, *op. cit.*, *ibid.*

[18] Gaspar Correia, *op. cit.*, p. 148.

[19] *Borrão das instruções régias complementares ao regimento a conceder a Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, IANTT, *Cartas Missivas*, maço 4, nº 91, *apud*, *Os Primeiros Catorze Documentos...*, *op. cit.*, pp. 71-73.

[20] Gaspar Correia, *op. cit.*

[21] Alguns autores antigos apontam o dia 24 de Abril, em vez de 22. É o caso de João de Barros: «*havendo já um mês que ia naquela grande volta, quando veio a segunda oitava da Páscoa que eram vinte e quatro de Abril, foi dar em outra costa de terra firme;* Castanheda, *aos vinte e quatro de Abril que foi derradeira oitava da Páscoa foi vista terra*».

[22] Damião de Góis, *op. cit.*, Lº I, cap. IV.

[23] João de Barros, *op. cit.*, Lº V, cap. II.

[24] Castanheda, *op. cit.*, Lº I, cap. XXXI.

[25] Damião de Góis, *op. cit.*, *ibid.*

[26] Os primeiros missionários que exerceram a sua actividade no Brasil até 1549 foram os franciscanos, ainda que nesse período não se tenham fixado de forma efectiva, mas constituindo missões esporádicas. Veja-se Frei Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano*, Lisboa, Of. de António Isidoro da Fonseca, 1740; id., *Primazia Seráfica na Região da América*, Lisboa, Of. de António S. Silva, 1733; Basílio Rower, *A Ordem Franciscana no Brasil*, Anais do IV Congresso de História Nacional, 8º Vol., Rio de Janeiro, 1951; id., *Páginas da História Franciscana no Brasil*, 2ª ed., Petrópolis – Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte, 1957; id., *A Ordem dos Frades Menores*, Petrópolis, Vozes, 1953; Frei Dagoberto Romag, *História dos Franciscanos no Brasil, 1500-1659*, Curitiba, 1950; Frei Domingos A. Suspitello Gubernatis, *Orbis Seraphicus, Historia de Tribus Ordinibus a Seraphico P. S. Francisco Institutis deque eorum progressibus et hororibus per quatuor mundi partes*, Tom. V e VI, Roma – Quarachi, 1686 e 1836; Frei Samuel Tetterlo, *A Ordem dos Frades Menores no Brasil*, São Jorge del Rei, 1924; Frei António de Santa Maria Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crónica dos Frades Menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiniano Gomes Ribeiro, 1852-1862.

[27] *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, *op. cit.*, p. 73.

[28] *Discursos compendiosos em que se trata de várias antiguidades, com alegação copiosa de Autores, Cronistas e Historiadores, e declarações das matérias em ambas as Línguas Latina e Vulgar (escrita no ano de 1640), pelo Rdo. Dor. Cónego de Guimarães Simão Vaz Barbosa*, BNL, cod. 655.

[29] Cf. A Fontoura da Costa, «O Descobrimento do Brasil», *sep. da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Ática, 1940, p. 8.

[30] Frei Vicente do Salvador, *op. cit.*, p. 57.

[31] *A Carta*, *op. cit.*, p. 74.

[32] Id., *ibid.*, p. 75.

[33] J. Capistrano de Abreu, «O Descobrimento do Brasil, Povoamento do Solo, Evolução Social», in *R.I.H.G.B.*, vol. XXXI, 2ª Parte, Rio de Janeiro, 1908, pp. 29 e ss.

[34] João de Barros, *op. cit.*, *ibid.* Veja-se quanto à data, nota 29 supra. O destaque na palavra «novamente» é nosso, aparecendo com o sentido de novo, como era uso na época.